

## ARGUMENTAR PARA TRANSFORMAR: O PAPEL DA LINGUAGEM NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

GT 10 - ENSINO, CURRÍCULO E ORGANIZAÇÃO ESCOLAR

### Relato de experiência

Luma Kathyn Silva POLICARPO<sup>1</sup> (Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu, (Programa Associado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso/IFMT e Universidade de Cuiabá – UNIC)  
lummapolicarpo@gmail.com

Soila CANAM<sup>2</sup> (Programa de Pós-graduação em Linguística/UNEMAT)  
Soila.canam@unemat.br

Bibiana Anjos REZENDE<sup>3</sup> (Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem/UFMT)  
bibianjo@hotmail.com

Fayruzi Maria CANAM<sup>4</sup> (Docente na rede municipal/Rondonópolis)  
fayruzicanam@gmail.com

### Resumo

Este artigo teve como objetivo analisar a importância da argumentação no ensino de Língua Portuguesa, com foco na produção textual dissertativa. A pesquisa documental e bibliográfica permitiu identificar que os documentos oficiais enfatizam a importância da argumentação, porém, de forma genérica. Tem-se como arcabouço teórico Bakhtin (1986), Antunes (2003), Marcuschi (2008). A análise dos referenciais revelou uma diversidade de abordagens, com destaque para a utilização de atividades que estimulam a reflexão crítica e a construção de argumentos. Conclui-se que a discussão possa contribuir significativamente para o aprimoramento da produção textual, especialmente à construção de argumentos sólidos e coerentes.

Palavras-chave: Linguagem. Argumentação. Ensino de Língua Portuguesa.

### 1 Introdução

A discussão sobre argumentação e linguagem é precedida da lembrança de que os discentes durante a sua vida escolar são expostos a vários estudos de diferentes textos que são

---

<sup>1</sup> Mestra em Ensino (Programa Associado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso/IFMT e Universidade de Cuiabá – UNIC

<sup>2</sup> Doutoranda em Linguística pelo PPGL – UNEMAT – Cáceres.

<sup>3</sup> Doutoranda em Estudos da Linguagem pelo PPGEL – UFMT – Cuiabá.

<sup>4</sup> Especialista

os gêneros textuais ou discursivos que se fazem presentes na vida cotidiana, destacando-se cada vez mais no meio acadêmico e social.

Mais que um texto para o Enem, saber argumentar nos dias atuais é extremamente importante, pois é através da argumentação que há posicionamentos e defesas de concepções/opiniões.

Assim, esse trabalho tem como eixo a produção de texto da dissertação do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM), texto esse que cumpre o propósito comunicativo de convencer o leitor sobre determinada temática. Essa persuasão acontece através da argumentação, princípio básico deste tipo de texto que, em linguagem verbal, será entendido como ação, dentro da concepção interacionista.

Pensando nas novas orientações que direcionam o ensino no Brasil e no Estado de Mato Grosso, tais como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) e o Documento de Referência Curricular para Mato Grosso (DRC, 2018), sendo o último pautado e baseado na BNCC, ambos os documentos prezam em atender às necessidades dos discentes e prepará-los para o futuro, tornando-os sujeitos protagonistas juvenis e concomitante a isso poderem elaborar seus projetos de vida, a fim de ter objetivos traçados e poder dar a continuidade aos estudos.

A reflexão “saber argumentar” dá-se pelo fato de o professor perceber as dificuldades encontradas pelos educandos no decorrer da vida escolar durante as produções textuais, principalmente o texto dissertativo que é cobrado como forma de ingresso em uma instituição superior de ensino.

A metodologia eleita para o desenvolvimento é a pesquisa documental e bibliográfica.

Espera-se que o presente artigo possa contribuir com os professores da Educação Básica ao pensar, repensar e adaptar as estratégias no processo de ensino-aprendizagem no que concerne às produções textuais, além disso os alunos que serão os maiores beneficiados poderão ampliar seu conhecimento de forma crítica acerca da produção textual de texto dissertativo.

## **2 Contextualização do estudo linguístico dentro do ensino de Língua Portuguesa**

O ensino de Língua Portuguesa da Educação Básica no Brasil foi traçado tendo como suporte a corrente estruturalista, sendo essa a orientadora dos livros e manuais didáticos por muitos anos. Essa linha tem como precursor Ferdinand de Saussure, no qual teve seus estudos difundidos a partir de seu Curso de Linguística Geral em meados de 1911, porém, divulgado pelos seus alunos em 1916.

Marcuschi (2008, p.27) afirma que para Saussure “[...] interessava apenas o sistema e a forma e não o aspecto de sua realização na fala ou no funcionamento em textos”.

Alguns aspectos coligados por Saussure ao fundamentar o que é língua de acordo com estudos de Marcuschi são:

- A língua é uma instituição social e não um organismo natural.
- A língua é uma totalidade organizada.
- A língua é um sistema autônomo de significação.
- A língua pode ser estudada em si e por si mesma.
- A língua é um sistema de signos arbitrários. Marcuschi (2010, p. 27)

A concepção estruturalista relaciona-se com a gramática normativa (ou tradicional) que é ensinada na escola, dado que ambas entendem a língua como homogênea, não passiva de modificações, ou seja, não leva em consideração a historicidade em que a linguagem é construída e sua funcionalidade.

O estruturalismo leva para a sala de aula um ensino que é pautado em conteúdos totalmente desvinculados com o contexto de uso pelo educando, por isso muitas vezes há as famosas falas clichês “Português é muito chato e difícil”, “São muitas regras que nunca uso” ou “Não sei nada de português”.

Koch e Elias (2010), em seus estudos elencam três concepções que vinculam o papel do texto e sujeito na escrita e que geralmente são utilizadas pelos educadores: 1ª escrita com foco na língua, 2ª escrita com foco no escritor e 3ª escrita com foco na interação.

A terceira concepção é a que faz ligação com o trabalho, Koch e Elias (2010, p.34), afirmam que “tanto aquele que escreve quanto aquele para quem se escreve são vistos como atores/construtores sociais, sujeitos ativos que – dialogicamente – se constroem e são construídos no texto”.

Posto isso, vê-se que dentre as concepções mencionadas pelas estudiosas, as duas primeiras seguem a perspectiva do ensino traçado pelo estruturalismo, mostrando os estudos repartidos, sem vinculação, assim como era orientada a redação do vestibular. O Enem, já ao contrário desses estudos temos a concepção dialógica que é guiada pela junção, o todo, a interação entre as partes.

Na atualidade, houve uma reorientação, um novo viés de estudo linguístico em que se entende que a interação é a base do funcionamento da língua: a concepção interacionista que preza pela discursividade e funcionalidade da língua. Antunes (2003, p.41), corrobora ao “dizer que somente uma concepção interacionista da linguagem, eminentemente funcional e

contextualizada pode, de forma ampla e legítima, fundamentar um ensino que seja, individual e socialmente, produtivo e relevante. ”

Dessa forma, a atribuição do docente é estimular o desenvolvimento do aluno: pessoal, social ou político, pois assim irá ampliar de forma gradativa suas potencialidades e as práticas argumentativas tanto na produção oral quanto escrita.

Na atual conjuntura, é preciso promover um ensino que leve o educando a refletir, dialogar e pesquisar e entenda que ele faz parte do processo de ensino-aprendizagem e que a escola é um ambiente que permite a troca de informações e a construção de conhecimento.

Assim, Bakhtin afirma que:

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato fisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua (BAKHTIN, 1997, p. 123).

A corrente norteadora da metodologia de ensino de Língua Portuguesa contempla os processos da interação social, reafirmando a concepção interacionista como ideal no processo de ensino que favorece as variadas práticas sociais como modo de produção de conhecimento.

A conceituação de texto é estigmatizada, pois geralmente as pessoas entendem por texto apenas um aglomerado de palavras, entretanto, tal afirmação está equivocada, visto que de acordo com Antunes (2010, p 30-31) “o que falamos ou escrevemos, em situações comunicativas, são sempre textos.” Continua “todo texto é a expressão de algum propósito comunicativo” e “todo texto é expressão de uma atividade social”, quebrando assim essa ideia de discordância.

Orlandi (2001, p. 37), também contribui para a discussão quando pronuncia que “a leitura é o momento de constituição do texto, o momento privilegiado do processo de interação verbal, uma vez que é nele que se desencadeia o processo de significação”, dessa forma é primordial que os docentes incentivem a leitura, bem como as produções textuais para que os discentes se integrem e tenham uma base formativa.

## 2.1 Linguagem e argumentação

Nesta linha, linguagem e argumentação caminham juntas em prol de uma educação que tenha como base a interação por meio do discurso, por isso a linguagem é vista segundo Koch (2011, p. 15), “como forma de ação, ação sobre o mundo dotada de intencionalidade,

veiculadora de ideologia, caracterizando-se assim, portanto pela argumentatividade”, em outro termo, é como utilizamos para disseminar nossas ideias, pensamentos, conceitos e etc.

A interação, no entanto, carrega a intenção de vencer a “batalha” diante do objeto que se quer defender. Então, o discurso sempre será carregado de intenção. Orlandi (1999, p. 15), ainda esclarece que “a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento”. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem [...]” visto que em o dia a dia sempre será partilhado de conhecimentos, sejam eles científicos, empíricos, filosófico ou teológicos.

O ensino de Língua Materna abre um leque de possibilidades para praticar o exercício do pensamento crítico, contudo é necessário que o docente faça essa ponte de ensino com o discente e, por acreditar nisso, é que a BNCC, a qual tem como foco “proporcionar aos/às estudantes experiências que ampliem possibilidades de ações de linguagem que contribuam para seu desenvolvimento discursivo” (BRASIL, 2018, p. 36), direciona os suportes teóricos e metodológicos do ensino de Línguas.

Os discentes durante a sua vida escolar são expostos a vários estudos de diferentes textos - os gêneros textuais ou discursivos - que se fazem presentes na vida cotidiana. Marcuschi intitula gênero textual como “os textos materializados em situações comunicativas recorrentes” e afirma que são:

Textos que encontramos em nossa vida diária e que apresentam padrões sociocomunicativos característicos definidos por composições funcionais, objetivos enunciativos e estilos concretamente realizados na integração de forças históricas, sociais, institucionais e técnicas. (MARCUSCHI, 2008, p.155)

Assim, esse estudo tem como eixo a produção de texto da dissertação do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM), texto esse que cumpre o propósito comunicativo de convencer o leitor sobre determinada temática, essa persuasão acontece através da argumentação, princípio básico desse tipo de texto.

É preciso relembrar que, como afirma Antunes

"[...] toda escrita responde a um propósito funcional qualquer, isto é, possibilita a realização de alguma atividade sociocomunicativa entre as pessoas e está inevitavelmente em relação com os diversos contextos sociais em que essas pessoas atuam. Pela escrita alguém informa, avisa, adverte, anuncia, descreve, explica, comente, opina, argumenta, instrui, resume, documenta, faz literatura, organiza, registra e divulga o conhecimento produzido por um grupo."(ANTUNES, 2003, p.48)

Assim, as produções textuais produzidas pelos discentes perpassam as sequências tipológicas. Marcuschi (2008, p. 154), admite que são definidas “pela natureza linguística de sua composição (aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas e estilo)” e a realização do Enem perpassa a sequência tipológica da argumentação, em que Koch e Elias

(2010, p. 72) estabelece como “aquelas que apresentam uma ordenação ideológica de argumentos e/ou contra-argumentos. Nelas predominam elementos modalizadores, verbos introdutores de opinião, operadores argumentativos, etc.”

Dessa forma sabe-se que a ação de argumentar faz parte da rotina, é algo que desde a infância a pessoa é predestinada a fazer, desde o momento que quer algo dos pais, amigos e familiares, tentando justificar e apresentar pontos relevantes para as solicitações, e isso se faz presente em vários gêneros discursivos (orais ou escritos), e até mesmo nas conversas banais em que há a tentativa de convencer o outro de determinada ideia e por mais que tente, não há como ser neutro no discurso.

Charaudeau (2010, p.100), salienta que o texto argumentativo “está em contato com um saber que leva em conta a experiência humana, através de certas operações de pensamento” O autor reafirma dizendo que “argumentação define-se, portanto, numa relação triangular entre um sujeito argumentante, uma proposta sobre o mundo e um sujeito-alvo” (2010, p.100)

Conforme Koch,

Como ser dotado de razão e vontade, o homem, constantemente, avalia, julga, critica, isto é, forma juízos e valor. Por outro lado, por meio do discurso – ação verbal dotada de intencionalidade – tenta fluir sobre o comportamento do outro ou fazer com que compartilhe determinadas de suas opiniões. É por esta razão que se pode afirmar que o ATO DE ARGUMENTAR constitui o ato linguístico fundamental, pois A TODO E QUALQUER MOMENTO SUBJAZ UMA IDEOLOGIA, na acepção mais ampla do termo. A neutralidade é apenas um mito: o discurso que se pretende “neutro”, ingênuo, contém também uma ideologia – a da sua própria objetividade. (Grifos da autora). (KOCH, 2011, p.7)

Diante de tal afirmativa, entende-se que qualquer discurso será carregado de uma bagagem cultural que o interlocutor traz para as suas produções, sejam escritas ou orais.

Leitão enuncia sobre propriedade que constituem a argumentação, “conferem um mecanismo inerente de aprendizagem que a institui como recurso privilegiado de mediação no processo de construção do conhecimento” (LEITÃO, 2007, p. 82).

De acordo com Koch,

O ato linguístico fundamental é o **ato de argumentar**. Isto significa que comunicar não é agir na explicitude linguística e sim montar o discurso envolvendo as intenções em modos de dizer cuja ação discursiva se realiza nos diversos atos argumentativos construídos na tríade do **falar**, **dizer** e **mostrar** (grifos da autora). (KOCH, 2011, p.10)

Portanto, é através da interação social que se dá a argumentatividade, dado que é uma habilidade que torna os educandos capazes de pensar, refletir, dialogar, descobrir e questionar. Além disso, a autora sustenta sua defesa sobre argumentação, ao dizer que:

É o resultado textual de uma combinação entre diferentes componentes, que exige do sujeito que argumenta construir, *de um ponto de vista racional*, uma explicação,

recorrendo às experiências individuais e sociais, num quadro espacial e temporal de uma situação com finalidade persuasiva. (Grifos da autora). (KOCH, 2016, p.24)

Ainda Koch enfatiza:

[...] a argumentação é uma atividade estruturante do discurso, pois é ela que marca as possibilidades de sua construção e lhe assegura a continuidade. É ela a responsável pelos encadeamentos discursivos, articulando entre si enunciados ou parágrafos, de modo a transformá-los em texto: a progressão do discurso se faz, exatamente, através das articulações da argumentação (KOCH, 2011, p. 159).

Nessa perspectiva, constata-se o papel dos conectivos, sejam eles conjunção, advérbio ou até as figuras de linguagem que atuam como os operadores argumentativos no discurso.

Sabe-se que a argumentação é objeto de estudo de variadas abordagens teóricas e, no campo da Linguística, Ducrot, Ascombre e Voght são os principais teóricos modernos, ao declarar que a argumentatividade não é apenas um recurso linguístico, mas faz parte intrínseca da própria língua.

Assim, no discurso expresso pelas pessoas, existem as marcas linguísticas da argumentação em que são separadas de acordo com Koch em cinco elementos:

Que estabelecem entre o texto e o evento que constitui a sua enunciação:

1. As **pressuposições**;
2. As marcas das **intenções**;
3. Os modalizadores que revelam sua **atitude** perante o enunciado que produz (através de certos advérbios, dos tempo e modos verbais, de expressões do tipo: “é claro”, “é provável”, “é certo” etc.);
4. **Os operadores argumentativos**, responsáveis pelo encadeamento dos enunciados, estruturando-os em textos e determinando a sua orientação discursiva;
5. As **imagens recíprocas** que se estabelecem entre os interlocutores e as **máscaras** por eles assumidas no jogo das representações. (Grifos da autora). (KOCH, 2011, p.33).

Esses componentes são necessários para uma comunicação em que o potencial argumentativo, desenvolvimento linguístico e comunicativo se façam presentes. Dentre os elementos mencionados, os operadores argumentativos é o que nos interessa. Koch discorre

Que essas instruções, codificadas, de natureza gramatical, supõem evidentemente um valor retórico da construção, ou seja, um valor retórico - ou argumentativo - da própria gramática. O fato de se admitir a existência de ralações retóricas ou argumentativas inscritas na própria língua é que leva a postular a argumentação como o ato linguístico fundamental. (KOCH, 2011, p.106)

Comumente os alunos decoram os operadores argumentativos, por conta disso não conseguem dimensionar a relevância na construção e significação do texto. Koch (2011, p. 107), reconhece que “grande parte da força argumentativa do texto está na dependência dessas marcas e o fato de se tentar minimizar a sua importância pode ser interpretado, até mesmo, como uma postura de caráter ideológico.”

Apesar de os textos argumentativos estarem nos planejamentos anuais da disciplina de Língua Portuguesa, nota-se que os estudantes apresentam algumas dificuldades no momento de escrever. Isso ocorre pelo fato de que para produzir um texto é necessária uma trajetória de leitura crítica para posterior posicionamento. No entanto, alunos mais amadurecidos em posicionamentos diante da vida sentem dificuldade ao construir seu texto argumentativo.

Por isso, é papel do professor auxiliar, ajudar e "contribuir significativamente para que os alunos ampliem sua competência no uso oral e escrito da língua portuguesa." Conforme defende Antunes (2003, p.14).

O docente de Língua Portuguesa tem como intenção desenvolver a capacidade argumentativa do discente, pautando-se em um ensino-aprendizagem que estimule o senso crítico e auxílio de suas tomadas de decisões.

Na produção de texto, dissertar é argumentar, ou seja, escreve-se com a intenção de persuadir, convencer o outro do seu posicionamento, isso se dá através de argumentos e elementos argumentativos na construção do discurso/texto.

São 10 as competências gerais elencadas pela BNCC e que acompanha o desenvolvimento dos educandos durante sua trajetória na Educação Básica e a sétima competência contempla o que se entende e espera por argumentação:

Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta (BRASIL, 2018, p. 9).

Observa-se que o documento desde o Ensino Fundamental orienta e incentiva o trabalho com a argumentação e isso a competência 7 deixa bem perceptível e isso vale para todos os componentes curriculares e não só exclusivamente em língua portuguesa como é pensado.

Na área de linguagem em específico no Ensino Médio o trabalho com a argumentação é mais visível e intensificado, visto que há a preparação para a vida fora dos muros escolares. Tal como o mercado de trabalho e as realizações de provas para ingresso das instituições públicas, a BNCC afirma que as:

demandas exigem que as escolas de Ensino Médio ampliem as situações nas quais os jovens aprendam a tomar e sustentar decisões, fazer escolhas e assumir posições conscientes e reflexivas, balizados pelos valores da sociedade democrática e do estado de direito. Exigem ainda possibilitar às estudantes condições tanto para o adensamento de seus conhecimentos, alcançando maior nível de teorização e análise crítica, quanto para o exercício contínuo de práticas discursivas em diversas linguagens. Essas práticas visam à participação qualificada no mundo da produção cultural, do trabalho, do entretenimento, da vida pessoal e, principalmente, da vida pública, por meio de argumentação, formulação e avaliação de propostas e tomada de decisões orientadas pela ética e pelo bem comum. (BNCC,2018, p. 486)



Assim, no âmbito escolar quando se trata de argumentação, os alunos são encorajados a apresentar um ponto de vista e defender por meio dos argumentos, além do mais são orientados a escrever a partir de cinco tipos de argumentos, sendo eles: autoridade, evidência, comparação exemplificação, princípio ou crença pessoal, causa e consequência.

O *site* Escrevendo o Futuro subsidia a Olimpíada de Língua Portuguesa e traz de forma clara e didática a abordagem sobre os tipos de argumentos que são explanados aos alunos ao redigir um texto da sequência argumentativa:

- Argumento de autoridade: o auditório é levado a aceitar a validade da tese ou conclusão [C] defendida a respeito de certos dados [D], pela credibilidade atribuída à palavra de alguém publicamente considerado autoridade na área [J].
- Argumento por evidência: pretende-se levar o auditório a admitir a tese ou conclusão [C], justificando-a por meio de evidências [J] de que ela se aplica aos dados [D] considerados.
- Argumento por comparação: o argumentador pretende levar o auditório a aderir à tese ou conclusão [C] com base em fatores de semelhança ou analogia [J], evidenciados pelos dados [D] apresentados.
- Argumento por exemplificação: o argumentador baseia a tese ou conclusão [C] em exemplos representativos [D], os quais, por si sós, já são suficientes para justificá-la [J].
- Argumento de princípio: a justificativa [J] é um princípio, ou seja, uma crença pessoal baseada numa constatação (lógica, científica, ética, estética etc.) aceita como verdadeira e de validade universal. Os dados apresentados [D], por sua vez, dizem respeito a um fato isolado, mas, aparentemente, relacionado ao princípio em que se acredita. Ambos ajudam o leitor a chegar a uma tese, ou conclusão, por meio de dedução.
- Argumento por causa e consequência: a tese ou conclusão [C] é aceita justamente por ser uma causa ou uma consequência [J] dos dados [D].

São sequências argumentativas que precisam ser apontadas para a potencialização daquele que quer convencer. Consoante Bakhtin (1986), a linguagem se apresenta como um processo social e um produto social que vai se constituindo através das relações. Isto posto, verifica-se que a linguagem está em constante modificação, por isso a necessidade de adequar e repassar essas possibilidades de mudanças aos educandos.

## 8 Considerações finais

Em conclusão, este estudo demonstrou o papel crucial da argumentação na aprendizagem de línguas, particularmente no contexto do Enem. Ao examinar os referenciais teóricos e as aplicações práticas da argumentação, destacamos a necessidade de os educadores priorizarem o desenvolvimento das habilidades argumentativas dos alunos.

Embora esta pesquisa contribua para uma melhor compreensão do tópico, mais estudos são necessários para explorar os efeitos de longo prazo da instrução explícita em argumentação no desempenho acadêmico e nas habilidades de pensamento crítico dos alunos.

Em última análise, a capacidade de construir argumentos bem fundamentados não é apenas essencial para o sucesso em testes padronizados, mas também para a participação efetiva em sociedades democráticas.

## Referências

- ANTUNES, Irandé. **Aula de português: encontro e interação**. São Paulo: Parábola, 2003.
- ANTUNES, Irandé. **Análise de textos: fundamentos e práticas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
- BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. In: **Estética da criação verbal**. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 1896.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso: modos de organização**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- KOCH, Ingedore. **Argumentação e Linguagem**. 13ª ed. – São Paulo: Cortez, 2011.
- KOCH, Ingedore V. e ELIAS, Vanda M. **Ler e escrever: estratégias de produção textual**. São Paulo: Contexto, 2010.
- KOCH, Ingedore V. e ELIAS, Vanda M. **Escrever e argumentar**. São Paulo: Contexto, 2016.
- LEITÃO, S. **Processos de construção do conhecimento: a argumentação em foco**. *Proposições*, v. 18, n. 3(54), p. 75-92, 2007.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Cortez, 2008.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Gêneros Textuais: definição e funcionalismo**. In: *Gêneros Textuais e Ensino*, 2 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2010
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise do Discurso – princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Discurso e leitura**. 6. ed. São Paulo, Cortez; Campinas, 2001.
- Tipos de argumento. Escrevendo o futuro. Disponível em: [https://www.escrevendoofuturo.org.br/caderno\\_virtual/etapa/tipos-de-argumento/](https://www.escrevendoofuturo.org.br/caderno_virtual/etapa/tipos-de-argumento/). Acesso em 24 de setembro de 2024.